



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA-VIRTUAL DA CONATRAE

Data e Horário: 30 de junho de 2020, das 14 às 18h.

REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE).

Participantes

Alexandre Magno	SNPG/MMFDH
Ana Carolina Roman	ANPR/MPF
Frederico Melo	CNA
Warlei Dias Ribeiro	MJSP/PF
Daniel Daher	MJSP/PF
Marcelo Campos	DETRAE/SIT/ME
Francisco Xavier	MINISTERIO DA CIDADANIA
Marcus Menezes Barberino Mendes	ANAMATRA
Edmundo Lima	ABVTEX
Laissa Polyana	CONTAG
Antônio César Coelho de Medeiros Pereira	AMB
Reinaldo Damascena	CNI
Cátia Silva	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH
Italvar Filipe de Paiva Medina	MPT
Natalia Suzuki	Repórter Brasil
Adonia Antunes Prado	GPTEC/UFRJ
Simone Maciel Saqueto Pereto	ME
Maurício Fagundes	DETRAE/SIT/ME
Lys Sobral Cardoso	MPT/CONAETE
Camila Melo de Assis	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH
Anne Caroline Luz Grudtner da Silva	MS
Giovana Ferreira Costacurta	MS
Kleber Rangel Silva	MS
Ebenézer Oliveira	CONSULTOR/OIT
Antônio Mello	ITD
Catarina Von Zuben	MPT

Ludmila Paiva	Coetrae/RJ
Maria Claudia Falcão	OIT
Vera Jatobá	SINAIT
Sullivan Desireé Fischer	Coetrae/SC
Carlos Eduardo	CONTAG
Francisco Gonçalves da Conceição	Coetrae/MA
Edilma Barros da Silva	Coetrae/TO
Marina Oliboni	Coetrae /CE
Andreia Figueira Minduca	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH
Rivana Ricarte	ANADEP
Xavier Plassat	CPT
Lúcia Helena Pigossi Neves	PGU/AGU
Amanda Costa	Coetrae/MA
Lidiane Machado	ANPT
Willian Charley Costa de Oliveira	DPU
Maria Teresa Barbosa Campelo de Melo	CGCTE/DPDDH/SNPG/MMFDH

PAUTA:

- 1. Abertura (Presidência da CONATRAE)**
- 2. Aprovação da Ata de 23/04/2020 (CGCTE)**
- 3. Informes**
 - 3.1 – Fluxo Nacional de Atendimento ao Trabalhador Resgatado**
 - 3.2 – Seleção da Sociedade Civil (CGCTE)**
 - 3.3 – Bancarização**
- 4. Apresentação do Guia SUAS sobre Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (MC).**
- 5. Encaminhamento de trabalhadores resgatados aos Centros de Referência Especializados em Saúde do Trabalhador (MC).**
- 6. Apresentação de metodologia das oficinas de validação do Relatório Monitoramento do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Consultor OIT).**
- 7. Necessidade de Concurso Público para a carreira de Auditor – Fiscal do Trabalho (MPT).**
- 8. Encerramento.**

Abertura da reunião ordinária realizada pelo Secretário Nacional de Proteção Global, Alexandre Magno, que passa em seguida a palavra para Andréia Minduca, Coordenadora-Geral de Combate ao Trabalho Escravo.

Andréia Minduca -MMFDH cumprimenta a todos e explica a necessidade de inversão de alguns pontos da pauta. Em seguida, consulta os membros se a ata de 23/04/20 está aprovada.

Reinaldo Damasceno - CNI informa que quem esteve presente na reunião ordinária realizada em 23 de abril de 2020 foi ele e não Lucas Marinho, como consta no documento. Realizada a consideração de Reinaldo os demais membros aprovam a ata sem ressalvas.

Andréia Minduca - MMFDH solicita aos membros que coloquem os seus contatos (nome, telefone, e-mail e instituição/órgão) no chat para registro da lista de presença. Em seguida, passa para o primeiro ponto dos informes acerca da divulgação do “Fluxo Nacional de Atendimento ao Trabalhador Resgatado”, relatando em seguida sobre a transformação do dele em uma Cartilha para ampla divulgação. Relata que o Fluxo já foi apresentado nos estados do MA, BA, SC, CE e RJ, e cita a importância desse documento e do diálogo interinstitucional para a sua implementação.

Em seguida, Andréia passa para o segundo ponto dos informes que é a Eleição da Sociedade Civil para compor a CONATRAE. Cita as três categorias participantes, e o resultado dos votos por entidade em cada categoria apresentada. Informa que a ANAMATRA obteve cinco votos, a CPT sete votos, o InPacto dois votos e a Repórter Brasil não obteve nenhum, na categoria - organização da sociedade civil, que realize trabalho de mobilização social relacionada ao combate ao trabalho escravo e/ou atendimento direto ao público em situação de vulnerabilidade socioeconômica, suscetíveis as violações de direitos humanos no âmbito do trabalho escravo. Posteriormente informa que CONATG obteve sete votos na categoria entidade sindical, representante de trabalhadores em âmbito nacional da iniciativa privada, e que a CNA obteve seis votos e CNI um voto na categoria entidade sindical, representante de empregadores em âmbito nacional da iniciativa privada. Diante disso relata que foram eleitas: Categoria 1: ANAMATRA e CPT; Categoria 2: CONATG; Categoria 3: CNA. Informa em seguida, que daremos posse aos membros até o dia 30 de julho e consulta se existe dúvidas ou questionamentos a respeito desse assunto. Em sequência, passa ao terceiro ponto com relação à Bancarização que foi trazido na reunião anterior. Foi relatado pelo Ministério Público do Trabalho, a dificuldade dos trabalhadores resgatados abrirem contas em bancos, e foi sugerido pela Dra. Ana Carolina Roman – MPF um diálogo com a FEBRABAN referente à documentação. Após contato a FEBRABAN, foi informado que o tema já está em pauta, principalmente pela questão dos migrantes. Andreia informa que a nossa ideia é fazer uma cartilha voltada para trabalhadores

resgatados e iniciar uma conversa com as regionais bancárias para pedir um tratamento diferenciado nesses casos. Menciona que o processo está no início das articulações.

Em seguida, Maurício Fagundes - ME informa que como medida emergencial tomada na última operação do Grupo Móvel realizada em São Paulo, onde duas bolivianas foram resgatadas, conseguimos fazer com que elas tirassem o CPF e baixassem o aplicativo da Caixa TEM no celular, para resgatar a parcela do seguro desemprego já disponível. Informa também, que tiveram alguns problemas de comunicação, mas que no fim deu tudo certo. Relata que o Defensor Público, Willian, que está presente na reunião ajudou bastante nessa operação.

Andréia Minduca - MMFDH sugere que depois podemos conversar e trabalhar em conjunto unindo essa e sugestão da FEBRABAN.

Maurício Fagundes - ME relata que com a ajuda do funcionário do CAMI foi resolvido, fazendo com que elas já saíssem da agência com o dinheiro. Em seguida, pergunta se esse caminho também poderá ser usado para as verbas rescisórias.

Posteriormente, Andréia Minduca passa ao quarto ponto, sugerido pelo MPT, sobre a realização de concurso para a carreira de Auditor Fiscal do Trabalho.

Marcus Barberino - ANAMATRA relata um aspecto que é meio paradoxal, informando que a comissão precisa de várias dimensões de atuação do Estado Nacional para construir a política pública e a parte que em tese deve ser menos saliente na política pública é o poder judiciário em tese depois que se passasse todas as triagens: resgate, reinserção, educação, melhora das condições de trabalho da pessoa, sobra sempre um remanescente que através dos instrumentos de ação coletiva vai ao judiciário, ou em menor número ainda trabalhadores através de seus sindicatos ou da advocacia que vai procurar uma reparação individual do poder judiciário, mas mesmo no plano da justiça especial do trabalho como na justiça criminal, mas o grosso da política a ser feito no âmbito da sociedade civil e das políticas públicas executadas pelo Estado. Nós temos no Brasil hoje a situação em que o principal agente da política pública é a auditoria fiscal do trabalho é ela que liga as demandas da sociedade civil com o aparelho do estado, são eles que muitas vezes permitem os primeiros direitos civis deste cidadão, é imensurável o que eles fazem, nós não podemos ter mais de quatro mil magistrados no país e menos de três mil auditores fiscais do trabalho estamos chegando a esse paradoxo, é necessário ter muita atenção isso não é forma de cuidarmos do problema, quem pode transformar a política é a auditoria fiscal do trabalho, a política é fundamental, temos que cumprir obrigações internacionais a forma basal de cumprir isso é fortalecendo a auditoria fiscal do trabalho gostaria de lançar luz a esses aspectos que é a forma que a ANAMATRA enxerga a política e principalmente enxerga a situação que estão passando os auditores fiscais do trabalho.

Andréia Minduca agradece ao Dr. Marcus Barberino e menciona que é esse fortalecimento institucional que irá fazer com que a política funcione e entendo que a justiça está para reparação.

Lys Sobral – MPT boa tarde, peço desculpas pela oscilação da internet existem formas e formas de prejudicar a política no de combate ao trabalho escravo no Brasil e a principal delas é com a redução da equipe de auditores fiscais do trabalho, não estou encontrando aqui, mas posso enviar depois se não me engano em 2015 o MPT entrou com uma Ação Civil Pública questionando o quadro deficitário de auditores fiscais do trabalho no Brasil e aí a justiça do trabalho declinou da competência, no momento processo está no TRF , estávamos certos de manter o diálogo com a Justiça Federal, com o juiz que recebeu o processo, até convidamos a CONATRAE quem queira participar, para falarmos sobre o prejuízo gigantesco que isso causa na política e inclusive o descumprimento do plano nacional, nos comprometemos a ir conversar estava marcado para março, mas com a pandemia teve que ser a adiada, não é o ideal o primeiro contato ser vídeo mas é possível, e é preciso fazer para levar ao juiz ou a juíza como é grave essa situação.

Vera Jatobá – SINAIT pede a palavra e informa que para o SINAIT é um alento de longa data. Menciona que, para se ter uma ideia, o primeiro concurso foi feito por conta de uma denúncia à OIT, ainda na ditadura, para então depois ter concursos que perduraram de dez em dez anos, reduzindo mais ainda o número. Tivemos um momento áureo na carreira, com um número interessante de fiscais podendo o Grupo Móvel ser melhor organizado e dar conta do recado. Relata que o que ela quer dizer é que a CONATRAE tem em seus arquivos, documentos importantes com pesquisas e trabalhos informando a redução gradativa do número de auditores, informa também que já forma levados à OIT mas não logrou nenhum êxito nos últimos anos. Por fim, agradece as palavras do Dr. Marcus e agradecer a todos que defendem essa proposta. Estamos mais uma vez em um momento difícil com a troca do nosso secretário, quero dar os parabéns à DETRAE que vem se superando, mas não é possível se manter sem pessoal, sem orçamento e sem normas esse é um tripé, as coisas só acontecem se tiver lei, tiver orçamento e tiver gente. Quero agradecer a todos e dizer que temos bastante material para colaborar no que for preciso e quero mais uma vez agradecer a todos.

Lidiane Machado ANPT – Estou aqui representando a ANPT, queria me associar as palavras de Dr. Marcus, Dra. Lys e de Vera Jatobá. Nós na qualidade de procuradores do trabalho sentimos muita falta dessa estruturação na auditoria fiscal do trabalho, realmente são eles quem dão o start nas fiscalizações e que dão a base para o desenvolvimento das investigações. Então gostaria de ressaltar a fala do Dr. Marcus e da Dra. Lys e dizer que a ANPT apoia e que devemos incentivar também o governo federal para que ele olhe com carinho essa demanda, porque é muito necessário robustecer o corpo da auditoria fiscal do trabalho.

Simone Saqueto – ME queria falar em nome da Secretaria de Trabalho e até abrir o diálogo com duas observações, corroborando com tudo que foi dito, o Maurício é testemunha porque temos trabalhado em conjunto, pelo fortalecimento da auditoria do trabalho, nós temos buscado via mídia esse fortalecimento da auditoria do trabalho e o principal foco é o fortalecimento da estrutura e carreira da auditoria, queria deixar assentado desde já que a Secretaria do Trabalho está aberta ao diálogo e que inclusive essa é uma pauta que já foi pleiteada e um levantamento já foi feito então não é uma coisa que está sem ser levantada, já está sendo pleiteado, queria colocar dois pontos sem justificar a ausência de servidor, hoje o foco da auditoria a busca que o secretário tem é visão obviamente repressora mas também a nossa visão maior que ele tem buscado é a criação de uma política de educação trabalhista obviamente que a gente tem que ter a parte repressora da auditoria mas também de uma auditoria orientadora para vocês verem como poderíamos entrar dentro de uma lar de uma pessoa de classe alta para repreender um trabalho escravo senão fosse por meio de uma ação judicial, então aí para vocês verem como se passa por uma cultura da sociedade, outro ponto que a gente tem é a tecnologia, por exemplo, fiscalização do FGTS, que será feita toda praticamente via sistema com um número bastante reduzido de auditores, então aqui eu quero colocar a posição da Secretaria de Trabalho dizendo que o foco nosso é o fortalecimento da carreira dos auditores e que secretário tem levado esse pleito enfim é isso que eu queria colocar e acho que é uma questão importantíssima mesmo todas as reuniões de trabalho escravo e trabalho infantil o secretário tem me pedido para participar então quero deixar aqui abertura da Secretaria de Trabalho para o diálogo, vou deixar o meu contato e agradeço desde já.

Willian Oliveira -DPU só para fazer um complemento à importância da carreira, e deixar como sugestão, uma manifestação pública para ser levada ao Presidente Bolsonaro, Ministério da Economia e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sobre esse assunto.

Xavier Plassat – CPT o quadro da fiscalização do trabalho no Brasil é uma preocupação de muitos anos, governo sai, governo entra. Eu quero fazer minhas as palavras colocadas pelos antecessores e colaborar com Dr. Marcus com a informação de que o quadro é de dois mil auditores fiscais do trabalho na ativa, situação deplorável que inclusive foi mencionada no Caso Fazenda Brasil Verde pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, demonstrando preocupação com o retrocesso da política, lembrando que a Sentença obriga o Brasil a nenhum retrocesso, do contrário não teremos motivos para a CONATRAE existir, que possamos unir nossas as forças para fortalecer a mola propulsora que é a auditoria fiscal do trabalho.

Andreia Minduca – MMFDH Quanto a esse ponto temos duas colocações. Uma foi a colocação da Simone, informando da disposição do Secretário do Trabalho, a outra e a do Dr. Willian, quanto à formulação de um documento consulto a vocês se as duas são complementares.

Simone Saqueto – ME Acho desnecessário nesse momento, considerando que o diálogo está aberto, eu não vejo necessidade de qualquer encaminhamento uma vez que a demanda já está posta acho que podemos nos reunir para o diálogo.

Andreia Minduca – MMFDH pergunta membros se alguém teria alguma colocação, considerando a antiga formatação.

Vera Jatobá – SINAIT Eu tenho uma dúvida com relação à fala da Simone. Pergunta qual seria demanda que já está posta é do Ministério, do SINAIT, da CONATARE

Simone Saqueto – ME Eu posso explicar depois Vera.

Frederico Melo – CNA Até me associando um pouco a fala da Vera, acho que esse tipo de proposta já foi realizada pela CONATRAE nos últimos anos e algumas vezes. Relata que talvez possa se tentar algo diferente, uma vez que a Simone abriu aqui o canal para o diálogo e seja algo mais interessante, já que a outra ideia é uma nota pública ou moção. Informa que independente do termo, a sua proposta seria de fato, tentar fazer algo diferente.

Simone Saqueto – ME Andréia, posso explicar.

Andreia Minduca – MMFDH Simone, vou pedir por gentileza para seguirmos as inscrições, o Frederico acabou falando, mas o Antônio já estava inscrito.

Antônio Melo – ITD só queria concordar oralmente com Dr. Willian, com todo respeito ao meu colega Fred, bem verdadeiras que a CONATRAE se manifestou várias vezes no passado, mas acho que a CONATRAE deveria continuar se manifestando para reforçar a necessidade. Sugiro que todas as instituições encaminhem individualmente uma nota ao ministério do planejamento, a secretaria do trabalho e ao ministério da economia reforçando a importância do tema, e aí sim irmos além com abertura para o diálogo, que acho que deve ser trabalhada, mas que sem marcos específicos acabam por não dar garantia de andamento nesse processo, queria deixar essa sugestão reforçando a importância da auditoria fiscal como pilar para erradicação do trabalho no Brasil.

Simone Saqueto – ME informa que é um processo deste ano, onde a gente pleiteia em torno de 1150 vagas para o cargo de auditor fiscal do trabalho depois eu posso passar o número se alguém precisar é um sobre o tema.

Andréia Mindunca -MMFDH Certo, então a Simone fez a proposta dela, existe também a proposta de manutenção de se fazer uma nota queremos saber dos membros do Ministério da Cidadania, Ministério da Economia, Ministério da Justiça, AJUFE, ANAMATRA, CNA, CONTAG, ANPT, ANPR, OAB e SINAIT, e talvez a gente deveria colocar em votação uma vez que temos alguns pontos de divergência acho que poderíamos fazer o encaminhamento assim?

Carlos Eduardo - CONATG informa que tem gente inscrita.

Andréia Mindunca -MMFDH Sim Lys, Carlos Eduardo e Ana Carolina, pode falar Lys.

Lys Sobral -MPT Queria reforçar a posição nossa posição quanto à importância da nota ainda que já exista a demanda e também que já exista a demanda posta uma vez que posta, pois nada foi feito e continua do mesmo jeito ou até pior.

Carlos Eduardo - CONTAG Estou contemplado com a fala do MPT, a posição da Lys, a gente precisa reforçar assim a elaboração da nota até porque pelo que a Simone explicou esse procedimento é interno e no caso de precisarmos acompanhá-lo é bom ter algo formalizado, e ver para quem vamos encaminhar para que chegue a quem tem realmente o poder efetivo de decisão porque nos outros anos já fizemos outras notas e parece que estávamos pedindo sempre a nós mesmo, temos até que avaliar quem é a parte que tem o poder para decidir até porque esse governo tem uma linha de muita mais de menos Estado do que de mais Estado.

Ana Carolina Roman - MPF Boa tarde a todos eu queria também reforçar aí o pedido da Lys da gente fazer uma nota ou um documento, até porque a CONATRAE precisa se manifestar a respeito da necessidade de realização de concurso para auditores porque veja agora está tudo no ministério da economia quem está pedindo e quem autoriza está no mesmo guarda-chuva então cabe à CONATRAE como o orientador da política se manifestar sim, ainda que haja abertura de diálogo acho que cabe sim a gente deixar muito claro qual é a posição da CONATRAE.

Andréia Mindunca -MMFDH Acho que é interessante todos se manifestarem aqui até porque é virtual e assim a gente deixa um pouco mais transparente o primeiro que eu tenho anotado aqui é o ministério da economia Xavier.

Francisco Xavier -MC Boa tarde a todas e todos estou de acordo não tenho nada contra não.

Maurício Fagundes - ME De acordo.

Dr. Darlei MJ-PF de acordo.

Marcus Barberiro - ANAMATRA são dois movimentos concomitantes, a nota e o diálogo com ministério da economia.

Lidiane ANPT - de acordo.

Frederico Melo CNA - Não concordo com a nota neste momento, em razão da abertura de diálogo, não entendo como eficiente a emissão da nota nesse momento.

Natalia Suzuki - Reportér Brasil concorda com a nota e abertura do diálogo com ministério da economia.

Vera Jatobá - SINAIT concorda com a nota e abertura do diálogo com ministério da economia.

Andréia Mindunca -MMFDH Então ficamos com a elaboração da nota e as tratativas para reunião com o ministério da economia para dialogarmos e chegarmos a alguma conclusão acerca dessa situação. Faremos então uma minuta de nota pública e compartilhamos com vocês no máximo até amanhã darem suas sugestões e podem fazer também proposta de encaminhamentos dessa nota, nós geralmente colocamos no nosso site.

Ana Carolina Roman - ANPR Andréia, a gente pode fazer as duas coisas e um ofício dizendo de nossas posições de apoio a solicitação de abertura de concurso e a nota.

Andréia Mindunca -MMFDH Pode ser também, fazemos as duas coisas a nota pública e um ofício ao ministério da economia. Encaminharemos até amanhã a minuta da nota e caso alguma instituição sinta necessidade de diálogo com o ministério da economia nos colocamos à disposição para fazer essa ponte. Superado esse ponto passamos então para o ponto cinco solicitado pelo ministério da cidadania que é apresentação do Guia SUAS sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas, abro a palavra ao Xavier.

Francisco Xavier -MC Boa tarde, bem rapidamente para vocês terem ciência quem ainda não teve, a gente elaborou guia de combate ao trabalho escravo e do tráfico de pessoas no Sistema Único de assistência social, uma primeira versão havia sido lançada em PDF apenas, mas esse mês conseguimos lançar a versão diagramada com apoio de várias pessoas já está disponível em nosso blog. Só para contextualizar um pouco, este é o primeiro documento sobre o Sistema Único de assistência social, ele se deu pela aproximação entre o ministério da economia, antigo Ministério do Trabalho, e o ministério da Cidadania lá em 2018. Começamos a identificar que na assistência social tinha diversas localidades que já estavam fazendo esse atendimento, como, por exemplo o Maranhão e a Bahia. Vimos que era necessário organizarmos essa oferta nacionalmente, o objetivo dele era buscar qualificações das ações no pós resgate e uniformização das respostas no suas que era uma coisa que a gente não tinha, esse é o primeiro documento que trata dessas questões no SUAS inclusive incluímos do fluxo de atendimento ao trabalhador resgatado elaborado no âmbito da CONATRAE, esse material foi pensado para rede do SUAS uma rede nacional que atende CRAS e CREAS que atende usuários tanto na prevenção como quando a violação já está instalada, então discutimos fatores de residência e trabalho escravo de e tráfico de pessoas, as atribuições dos órgãos repressivos de fiscalizações e as atribuições da própria rede de assistência social em seus diversos níveis e finalizamos com Fluxo após Resgate construído no âmbito da CONATRAE mesmo, esse material está disponível e o próximo passo agora quando passar a pandemia do COVID-19 é começarmos a planejar como vai ser o processo de capacitação da rede de assistência social, a Repórter Brasil já tem feito em alguns estados e a OIT também já fez isso no Maranhão, enfim, agora temos um ponto de partida para trabalhar melhor tanto as questões de prevenção quanto às questões de atendimento à vítima propriamente dita ele é um pouquinho grande eu agradeço a todo mundo que participou está disponível no nosso blog para ser consultado obrigado.

Andréia Mindunca - MMFDH Agradecemos a competência e o empenho do Xavier que realizou esse trabalho só temos muito a ganhar com esse processo e é realmente um ganho ter o ministério da cidadania atuando na CONATRAE vamos encaminhar também por e-mail

o link quando encaminhar os outros documentos da reunião, a Natália queria fazer uma complementação a fala do Xavier.

Natália Suzuki - Repórter Brasil Queria parabenizar o ministério da cidadania por ter conseguido publicar este material, já tem um tempo que temos conversado com várias organizações junto com ministério para termos esse material e aí acho que não é só a publicação do material que é super importante óbvio acho que ele concretiza adesão finalmente da assistência Social a pauta de trabalho escravo, na verdade a assistência social entrou nisso é darmos um passo a mais do que a gente já tem na política de combate trabalho escravo, e damos muito bem com a questão da repressão ela é toda institucionalizada sobrevivemos a vários governos e crises mas essa parte da assistência sempre foi uma grande lacuna que que a gente faz com trabalhador quando ele foi resgatado queria ressaltar que as organizações da sociedade civil tiveram um papel importantíssimo nesse ínterim porque quantas vezes os trabalhadores resgatados foram encaminhados para alojamentos da CPT alojamentos do CAMI enfim, a sociedade civil deu conta disso Mas sempre de uma forma muito limitada por que a sociedade civil tem ações pontuais ela não é o estado com a agregação da assistência social , temos o potencial de capilarizar isso e ampliar para o país inteiro, O ministério da cidadania está de parabéns e as organizações que se envolveram nisso também estão de parabéns.

Andréia Mindunca - MMFDH Obrigada Natália, acho que com relação a esse ponto não temos mais nenhum inscrito, vamos encaminhar o Guia para todos se vocês puderem também compartilhar com suas redes seria muito importante para a política.

Natália Suzuki - Repórter Brasil Andreia desculpa, esqueci de falar nós estamos trabalhando com os estados do Maranhão e da Bahia esqueci de citar aqui também estamos trabalhando com Rio de Janeiro lá a gente fechou praticamente cem por cento a formação da rede e em São Paulo também, então a gente também fica à disposição para esses processos de formação que também vai ser um desafio.

Andréia Mindunca - MMFDH Vamos para o próximo ponto que seria o encaminhamento de trabalhadores resgatados ao centro de saúde do trabalhador o CEREST essa foi uma pauta trazida pelo ministério da cidadania e também foi convidado a participar da nossa reunião o ministério da saúde para quem a gente já saúda e das boas vindas para o início da nossa articulação, passo a palavra para o Xavier.

Francisco Xavier -MC Queria agradecer pelas palavras do material e agradecer pelo ministério da saúde está presente é uma política fundamental ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e o trabalho escravo, até colocamos algumas questões sobre a saúde do Fluxo de Atendimento ao Trabalhador Resgatado, depois eu me lembrei que nós temos o CEREST e que eles são instituições muito importantes porque a gente não tem bem uma leitura epidemiológica da situação dos trabalhadores resgatados, A gente até tem no SINAN que eu acho que o pessoal do Ministério da Saúde vai falar mas é muito importante ter essa cobertura muito afinada ali especialmente na hora do Resgate auditores poderem ter essa retaguarda também especialmente quando eles resgatam trabalhadores, Às vezes a gente resgata e o trabalhador tá com câncer de pele porque ele pegou muito sol, ele pode estar com tuberculose, pode estar com hanseníase, a saúde ela não fala de uma maneira visível, a gente precisa realmente de um profissional que tem um olhar cuidadoso sobre essa questão específica da saúde para a gente saber quais são os impactos trabalho do escravo

na saúde dos nossos trabalhadores, Fiz contato com a Anne não sei se ela que está aqui representando e eu lembrei dos CERESTs que são esses centros de referência também acho que a gente pode estar se aproximando das unidades de saúde para qualificar a nossa oferta do resgate usuários, é só contexto acho que a gente pode passar para o Ministério da Saúde, já agradeço de antemão o ministério da saúde por ter aceitado participar com a gente aqui dessa conversa.

Anne - MS Boa tarde Aline estou aqui representando a Coordenação Geral de saúde do trabalhador, estou acompanhada de dois colegas o Kleber e a Giovana, e nós também estamos acompanhados pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde, com o Rafael e a Nayara, agradecemos o convite, o ministério da saúde a questão do trabalho escravo é muito importante a gente entende que as políticas de atenção à saúde do trabalhador elas incluem a questão da vulnerabilidade que os trabalhadores são expostos e busca sempre a erradicação indicação do trabalho escravo e para essa atenção aos trabalhadores foi criada uma rede nacional de atenção à saúde do trabalhador que fica dentro do CEREST atualmente no Brasil temos duzentos e dez CEREST habilitados, eles funcionam de forma regional e estadual, dentro então da rede de atenção à saúde o CEREST faz uma atenção que chamamos de secundária é uma atenção especializada, faz o auxílio para todas as áreas da rede para fazer o atendimento ao trabalhador seja qual for a situação qualquer questão relacionada ao trabalho, quando conversamos com Xavier vimos a necessidade de incluir a atenção primária Por que os SUS seus princípios que o trabalhador vai ser recebido na unidade básica de saúde da região a qual for resgatado a partir dali você feita os encaminhamentos então de acordo com as necessidades e o CEREST vai atuar fazendo matriciamento e o treinamento desses profissionais e dependendo dos casos ele pode até fazer uma consulta específica então que a gente traz de conversa hoje para gente começar nossa pactuação seria necessidade da gente incluir o atendimento especializado na unidade básica de saúde e a gente trabalhar com CERESTS para nos auxiliar inclusive quando for ser feito o resgate para que eles façam o treinamento constante dos profissionais de saúde para que os trabalhadores recebam a atenção necessária para as especificidades já dei na unidade básica de saúde, os profissionais saúde Eles já são treinados para identificar trabalho escravo mas a gente sabe a importância de ser reformado inclusive quando é identificado uma situação de trabalho escravo o profissional de saúde é obrigado a fazer uma notificação do ministério da saúde que é uma ficha de notificação de violência, então basicamente seria isso que a gente prepara para conversa inicial, para que o atendimento a essa população seja mais efetivo.

Andréia Mindunca - MMFDH Anne, muito obrigada, agradecemos muito a presença do ministério da saúde aqui na CONATRAE ainda que neste ambiente virtual acho que seria o momento para iniciarmos a conversa considerando o estado epidêmico que temos e temos situações de trabalhadores que nos causam muita preocupação, era uma necessidade trazer histórica trazer o ministério da saúde para diálogo com a CONATRAE, a saúde é um ponto superimportante para gente tratar trabalhamos com pessoas resgatadas em situações de vulnerabilidade e não sabemos qual é o impacto disso na saúde do trabalhador. Gostaria de deixar como encaminhamento uma reunião com o ministério da saúde, ministério da cidadania em que mais quiser participar para construirmos o diálogo em inserir o ministério da saúde no Fluxo

Andréia Mindunca - MMFDH Antônio César, pode falar.

Antônio César - AMB Quero deixar a nossa disponibilidade de estar participando e contribuindo.

Francisco Xavier -MC Somente para reforçar o que você falou vamos iniciar o diálogo primeiro discutindo fluxo nesse quesito especialmente na parte do resgate e eu acho que é importante também a SIT estar presente para que possamos conversar com eles e aí se a CONATRAE entender que é importante mexer no fluxo, e discutir se de fato a inclusão da saúde no Fluxo para realizarmos outras conversas.

Andréia Mindunca - MMFDH Obrigada Xavier, temos inscritas Amanda e Vera.

Amanda - COETRAE- MA Uma pequena colaboração sobre a nossa experiência aqui no Maranhão, nós temos no âmbito da COETRAE a representação da Secretaria de Saúde é justamente a chefia do CEREST Estadual Maranhão, então a gente já faz esse diálogo bastante aproximado com a estrutura do CEREST Inclusive o Luciano Mamede que é chefe do CEREST estadual e membro da COETRAE pela Secretaria de Saúde junto com a equipe dele tem realizado o processo de formação tanto dos chefes de CERESTs regionais quanto da rede de atenção primária acerca de como identificar o trabalhador oriundo do resgate de trabalho escravo como também fazer o registro desse trabalhador nas plataformas de atendimento da saúde, e ainda sobre a Plataforma Íntegra 2.0 tem se buscado a capacitação dos profissionais de saúde que estão lá na ponta para utilização do formulário de saúde que está na Plataforma Íntegra 2.0 acreditamos que esse processo de formação é fundamental. Talvez se espelhar na experiência do Guia da assistência social para a saúde isso facilitaria muito o nosso trabalho, e para finalizar quer dizer que a saúde tem sido grande parceira do Estado do Maranhão inclusive em ação de fiscalização.

Vera Jatobá - SINAIT Essa parte de saúde é uma parte que sempre foi o grande desejo da fiscalização sabemos que todo o processo com relação a trabalho escravo os piores impactos são na saúde e Nas condições de vida do trabalhador acho que podemos contribuir um olhar agudo para ajudar a construir esse novo processo de integração então quero falar que o SINAIT está disposto a contribuir com este trabalho.

Andréia Mindunca - MMFDH Mais alguém gostaria de falar? agradecemos a todos pelo que via aqui temos AMB, MC, COETRAE- MA e SINAIT) agradecemos também ao ministério da saúde.

Andréia Mindunca - MMFDH Superado este ponto, vamos para o último ponto que é apresentação de metodologia das oficinas de validação do monitoramento II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, essa pauta ela se refere a um trabalho que vem sendo realizado pela OIT ter por meio de consultoria em que foi apresentado um relatório de avaliação e monitoramento das ações do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, em um primeiro momento foram encaminhadas às instituições as perguntas através da plataforma eram as suas respostas voluntárias e com base nessas respostas o Ebenézer foi realizando análise de cada uma das instituições e verificando ali eixo a eixo, ação por ação, o que foi cumprida e não cumprida. A proposta agora é que esse relatório ele seja validado na CONATRAE e para isso precisamos do apoio de todos vocês aqui presentes no sentido de olhar esse relatório e valida-lo ponto a ponto, retrato fiel deste monitoramento, e esse trabalho Também irá contribuir para nossa construção do terceiro plano, talvez a gente possa avaliar o que deu certo que não deu certo é claro que não vamos

exaurir estes pontos nas oficinas, mas isso já é um ponto de partida para começarmos a discutir e articular com as instituições, então agora de início o Ebenézer ele vai fazer uma apresentação desse desenho, a proposta é que a gente faça duas oficinas e aí ele vai explicar melhor como será a metodologia.

Ebenézer - Consultor - OIT Boa tarde a todas e a todos, eu vou tentar ser breve mas, eu não sei se todos estavam na última reunião da CONATRAE, eu fiz apresentação do relatório de monitoramento do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, depois a gente enviou para todos os membros explicou um pouco de Como foi o processo e principalmente o resultado desse processo, nós enviamos perguntas para que o Segundo Plano fosse monitorado mais uma vez, ele já havia sendo monitorado foi agora um segundo ciclo de 2015 a 2018 então foram quatro anos de informações levantadas os respondentes falo respondentes que não foram só membros da CONATRAE que responderam mas, também diversos outros parceiros do combate ao trabalho escravo também participaram desse processo, bancos, COETRAEs, Estados e etc. Agora a próxima etapa é validar esse monitoramento que já foi feito para que a CONATRAE entenda como validado e como feito estabelecido aqueles indicadores como cumprido e cumprido não cumprido e etc, om nessas oficinas então a gente tem três grandes objetivos a serem cumpridos primeiro objetivo é validar os indicadores do segundo plano nacional monitorados, eles são trinta e três indicadores relativos a sessenta e seis ações do plano, o segundo objetivo é levantar insumos para elaboração do terceiro plano nacional, e o terceiro e o último objetivo é familiarizar os membros da CONATRAE com a plataforma 8.7 desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho e a OIT, serão oficinas virtuais e todos vão acessar um documento para validar, mas vamos acessar a plataforma junto porque na plataforma tem uma série de informações que muitas vezes as organizações nem sabem que tem lá e a plataforma e tá bastante recheada informações, a idéia que sejam duas oficinas no mínimo duas vai depender de como será o andamento porque a gente sabe que podem haver questões colocadas que venham a demandar mais tempo do que estamos calculando serão oficinas virtuais provavelmente duas tardes para trabalharmos, acho importante a metodologia que estamos trabalhando e nessa perspectiva é importante ressaltar que não é o momento de revermos indicadores, ver respostas no sentido de modificar, é ser sensível ao que já foi colocado pelas organizações, estamos buscando as pessoas realmente façam um esforço de avaliar aquilo que já foi colocado, mais ou menos um ano de envio de perguntas recebimento de respostas com respostas que são coletivas na maior parte salvo um outro indicador, a ideia é ser mais simples mais simples possível mesmo sendo um processo complexo, ser o mais objetivo possível, a ideia não é reabrir o processo é validar o que já foi respondido.

Andréia Mindunca - MMFDH É isso mesmo a ideia é que tenhamos um instrumento que retrate o que foi esse plano e como ele foi executado durante todos esses anos, já vai ser também para gente um foco orientativo para o terceiro plano que vamos construir em conjunto, tínhamos pensado com relação ao cronograma inicial, pensamos num cronograma Inicial já com os link para facilitar o nosso trabalho como vocês podem ver na tela (Ebenézer e Andréia) apresentam o documento que será trabalhado nas oficinas ,Andréia Mindunca - MMFDH Com relação ao cronograma tínhamos sugerido essas duas

datas 9 de julho e 16 de julho, Ebenézer - Consultor - OIT minha sugestão é fazermos o mais próximo possível uma da outra.

Andréia Mindunca - MMFDH vamos tentar fazer mais próximo que conseguirmos, alguém mais ou poderíamos deixar assim?

Ebenézer - Consultor - OIT Gostaria de saber até para nos ajudar se ficou alguma dúvida com relação ao formato das oficinas.

Andréia Mindunca - MMFDH Estou percebendo que tá tendo algumas incompatibilidades com agenda gente, talvez o dia 9 de julho fique ruim, poderíamos talvez deixar para outra semana porque dia 16 a DPU não pode, talvez dia 15 e dia 22 será que daria?

Andréia Mindunca - MMFDH Como não houve manifestações ficamos então com dia 15 e dia 22 períodos da tarde das 14 horas às 18 horas.

Lys Sobral - MPT não podemos nesta data.

Andréia Mindunca - MMFDH Então dia 21 e 30 de julho de 14 horas às 18 horas, fechamos então em 21 e 30 de julho para nossas oficinas de validação. Caso ninguém tenha mais nenhuma consideração.

Carlos Eduardo - CONTAG Quería convidar a todos a CONTAR vai realizar nos dias 6 e 8 de julho o seminário nacional “Desafios de Quem Nunca Parou de Trabalhar Para Produzir Alimentos Para o Brasil e Para o Mundo”, vou pedir para vocês me ajudarem a divulgar. Também aproveito para fazer uma provocação eu acho que a segunda reunião da CONATRAE que a gente faz em tempos de COVID e esse tema não veio ainda e nenhuma reunião tem cenários que são bem preocupantes por exemplo coisas que a gente nunca imaginou viver Vou dar só dois exemplos ao movimento de volta para cidades pequenas de trabalhadores que viviam nas grandes cidades temos identificado por exemplo muitas pessoas de São Paulo voltando para o Nordeste isso vai as fileiras de desempregados nos municípios e a gente sabe exatamente o que acontece quando a gente tem um aumento de população vulnerável nas cidades e trabalham com atividade rural, a outra coisa é que o vírus começou a se interiorizar agora então a gente tem um risco muito grande de suspeitas de contaminação no Vale de São Francisco, então assim a gente tá bem preocupado a gente precisa analisar mesmo qual Impacto isso vai ter no enfrentamento ao trabalho escravo, a gente tem que tomar muito cuidado por que a crise que o país vai passar pode ser usada como justificativa para legalização do trabalho precário, que foi exatamente esse o argumento que fez ser aprovada a reforma trabalhista que não gerou empregos só precarizou ainda mais, queria sugerir que minha próxima reunião da CONATRAE a gente pudesse tratar sobre esse tema que é meio assustador já temos tido duas reuniões e nenhum momento falarmos sobre isso, obrigada pela atenção.

Maurício Fagundes - ME Só para dar uma resposta da última reunião da CONATRAE é sobre o sistema IP que o Matheus tinha informado da implantação ele foi implantado no último dia 15 de maio, já está funcionando e aberto à sociedade foi feito em parceria com a OIT.

Andréia Mindunca - MMFDH Não havendo mais informes dou por encerrada a reunião.